

EUA

Governo ajudará setores afetados por tarifaço

O governo federal está preparando um novo plano para socorrer setores da economia brasileira que ainda estão sendo afetados pelas tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos. “Estamos estudando para podermos dar um apoio às empresas que estão na Sessão 232”, disse nesta sex-

ta-feira o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Nesta seção estão inclusos, por exemplo, o aço e o alumínio, que pagam alíquota extra de 50%, além das autopeças, cuja tarifa no mercado americano é de 25%. De acor-

do com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Aloizio Mercadante, a ideia é que o plano seja uma espécie de “Brasil Soberano 2”, uma medida criada no ano passado para socorrer os exportadores que foram afetados pelo aumento das tarifas. **PÁGINA 2**

MARÇO

Contas de luz seguem com bandeira tarifária verde

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou nesta sexta-feira a manutenção da bandeira tarifária verde no mês de março. Trata-se do terceiro mês consecutivo da bandeira no mesmo patamar, o que significa que não haverá cobrança de custos adicionais na fatura de energia elétrica do consumidor. De acordo com a Aneel, houve um aumento no volume de chuvas em fevereiro e a consequente elevação do nível dos reservatórios, condições que favorecem a manutenção da bandeira verde. "Ainda que a bandeira seja verde e as condições de geração sejam favoráveis na maior parte do tempo, importante lembrar que pode haver despacho complementar de usinas termelétricas para garantir a robustez do sistema elétrico em situações operativas específicas." Pelo calendário divulgado pela agência reguladora, no dia 27 de março, sairá a definição sobre a bandeira a ser aplicada em abril. **PÁGINA 2**

PAQUISTÃO

Ataques ao Afeganistão matam quase 300 pessoas

PÁGINA 8

ELES SE PROTEGEM

Gilmar anula fim de sigilo de empresa ligada a Toffoli

PÁGINA 6

ALCKMIN

Acordo entre Mercosul e UE deve entrar em vigor em maio

PAULO PINTO/ABRASIL



O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin(**foto**), disse sexta-feira, na capital paulista, que o acordo comercial firmado entre o Mercosul e a União Europeia deve entrar em vigor em maio. Em entrevista a jornalistas, Alckmin disse que sua expectativa é que o acordo seja aprovado pelo Senado Federal nas próximas duas semanas, seguindo depois para san-

ção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta semana, o acordo já foi aprovado pela Câmara dos Deputados. "Agora foi para o Senado e nós temos expectativa de que aprove em uma ou duas semanas. Aprovado no Senado e assinado pelo presidente Lula, teremos uns 60 dias para a vigência. Esse é o plano. Então, se a gente conseguir resolver em março, até o fim de maio já pode entrar em vigência o acordo", disse. **PÁGINA 4**

RECURSOS

TOMAZ SILVA/ABRASIL



BNDES vai destinar mais R\$ 70 bi para programa Nova Indústria Brasil

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), Aloizio Mercadante (**foto**), anunciou nesta sexta-feira, em São Paulo, a ampliação de recursos para o Nova Indústria Brasil. Segundo ele, até o fim deste ano o banco vai destinar mais R\$ 70 bilhões para o programa, somando um total de R\$ 370 bilhões desde que o programa foi lançado em janeiro de 2024. “Nós estamos anunciando hoje, aqui, que estamos aumentando em mais R\$ 70 bilhões de crédito. Entregamos R\$ 300 bilhões, e vamos entregar até o final deste ano, R\$ 370 bilhões”, disse Mercadante, ao lado do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA 1,47% / 191.634,95 / 2.781,46 / Volume: 32.974.726.305 / Negócios: 4.527.535										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.621,00		IGP-M		0,41% (jan.)		EURO turismo									
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento				%		Ufir-RJ		R\$ 4.9604		IPCA		0,33% (jan.)		Compra: 6,1386		Venda: 6,3186			
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.
RAIZ4	0,650	+3,17	+0,020	FICT3	0,69	+72,50	+0,29	VIVR3	0,47	-24,19	-0,15	Dow Jones	49.174,5	+0,76		S&P 500	6.890,07	+0,77		Taxa Selic	(28/01)	15%		CDI	(28/01)	14,90%		DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1682	+0,09%	
MBRF3	20,44	+4,66	+0,91	IFCM3	0,650	+16,07	+0,090	ONCO3	2,590	-8,48	-0,240	NASDAQ Composite	22.863,681	+1,04		TR	(25/02)	0,1698%		OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 853,63		BM&F/grama/RJ	R\$ 853,63		DÓLAR comercial	Compra: 5,1547	Venda: 5,1553		
ITSA4	14,84	+1,71	+0,25	TCSA3	1,68	+12,75	+0,19	PATB3	33,05	-7,35	-2,62	Nasdaq 100	24.977,044	+1,09		Poupança	(25/02)	0,6706%		EURO Comercial	Compra: 6,0716	Venda: 6,0722		EURO Comercial	Compra: 6,0716	Venda: 6,0722	DÓLAR turismo	Compra: 5,1744	Venda: 5,3544		
BEEF3	5,39	-4,43	-0,25	MOV13	14,83	+9,37	+1,27	HAGA3	1,99	-7,01	-0,15	Euronext 100	1.837,08	+0,21																	
PETR4	39,57	+2,54	+0,98	RNEW4	1,08	+9,09	+0,09	GPAB3	14,05	-6,27	-0,94	CAC 40	8.519,21	+0,26																	

Economia

MERCADOS



Bolsa emenda 3ª perda diária, mas sobe 4% no mês, a 188,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em baixa pelo terceiro dia seguido após ter renovado recordes na última terça-feira, então na casa dos 191 mil no fechamento, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acentuou a correção nesta última sessão da semana e do mês, sem deixar de assegurar ganho de 4,09% em fevereiro e de 17,17% no primeiro bimestre, no que foi o seu melhor desempenho para o intervalo inicial do ano desde 1999. Na semana, contudo, colheu o seu primeiro revés (-0,92%) desde o período de 29 de dezembro a 2 de janeiro últimos, interrompendo hoje uma sequência de sete avanços semanais.

De toda forma, com a alta de pouco mais de 4% em fevereiro, estendeu pelo sétimo mês a série positiva iniciada em agosto de 2025, no que é a mais longa sequência vitoriosa do Ibovespa desde a vista entre abril de 1996 e julho de 1997, que totalizou 16 meses. Nesta sexta-feira, 27, o índice saiu de máxima na abertura aos 191.005,02 - tendo conservado o nível inédito de 191 mil nos encerramentos de terça a quinta-feira -, tocando na mínima do dia os 188.478,08 pontos. Ao fim, marcava nesta sexta-feira 188.786,98 pontos, em baixa de 1,16%, com giro a R\$ 35,7 bilhões.

Os preços do petróleo se mantêm voláteis, afetando diretamente as ações de Petróbras, que caíram um pouco

(ON -0,05%, PN -0,71%), mas acumularam ganho entre 4% e 5% no mês, e avançam mais de 27% (PN) e de 31% (ON) no ano. Em Nova York e Londres, contratos futuros do Brent e do WTI subiram mais de 2,5%.

Principal ação do Ibovespa, Vale ON caiu 0,83%, mas avançou 1,91% na semana e 4,92% no mês, acumulando ganho de 22,94% no ano. Entre os maiores bancos, a sessão foi mista, com variações entre -2,7% (Santander Unit) e +0,81% em Bradesco PN, com as ações da instituição financeira brasileira sendo favorecidas pelo anúncio da consolidação dos negócios de saúde na BradSaúde. Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque para Prio (+4,11%), Usiminas (+2,32%) e MBRF (+2,17%). No lado oposto, Cosan (-5,27%), Natura (-5,20%) e Caixa Seguridade (-4,05%).

DÓLAR

Após trocas de sinal ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou esta sexta-feira, em queda de 0,1%, a R\$ 5,134, mais uma vez nos menores níveis desde 21 de maio de 2024.

Com perdas de 0,81% na semana e de 2,16% em fevereiro, após recuo de 4,4% em janeiro, o dólar à vista acumula no ano desvalorização de 6,47% em relação ao real, que apresenta em 2026 o melhor desempenho entre as principais divisas emergentes e de exportadores de commodities, ao lado do dólar australiano.

IMPORTAÇÃO

Camex zera tarifa de 105 itens e reverte alta de 15 bens informáticos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após repercussão negativa no Congresso e nas redes sociais, o governo federal decidiu revogar parte do aumento do imposto de importação sobre produtos eletrônicos e bens de capital anunciado no início do mês.

A medida foi aprovada nesta sexta-feira pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), vinculado à Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A decisão restabelece as alíquotas anteriores para 15 produtos de informática, incluindo smartphones e notebooks. A Camex também zerou a tarifa de importação para 105 itens classificados como bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) e produtos das áreas de informática e telecomunicações.

Nos dois casos, a redução de tarifas de importação ocorre por meio do mecanismo de ex-tarifário, que reduz alíquotas para itens sem produção de similar ou equivalente no Brasil.

SMARTPHONES

Com o recuo, a alíquota de importação de smartphones retorna a 16%. A proposta anterior previa elevação para

20%. Em alguns casos, o aumento poderia chegar a até 7,2 pontos percentuais.

Também tiveram as tarifas restabelecidas produtos como notebooks, que retornam a alíquota original de 16%; gabinetes com fonte de alimentação (10,8%); placas-mãe (10,8%); mouses e track-balls (10,8%); mesas digitalizadoras (10,8%) e unidades de memória SSD (10,8%).

Segundo o governo, as alterações passam a valer a partir da publicação da resolução no Diário Oficial da União. A lista completa de produtos beneficiados está disponível no site da Camex.

DESGASTE POLÍTICO

O aumento inicial atingia cerca de 1,2 mil itens e gerou reação de parlamentares da oposição e de setores empresariais, que alertaram para possível impacto nos preços ao consumidor.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha defendendo a medida sob o argumento de proteção à indústria nacional e de correção de distorções no comércio exterior. Ele esclareceu que mais de 90% dos produtos afetados são produzidos no Brasil, e o aumento só atingia produtos importados.

EUA

Governo federal vai socorrer setores afetados por tarifaço

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

O governo federal está preparando um novo plano para socorrer setores da economia brasileira que ainda estão sendo afetados pelas tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos.

“Estamos estudando para podermos dar um apoio às empresas que estão na Sessão 232”, disse nesta sexta-feira o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Nesta seção

estão inclusos, por exemplo, o aço e o alumínio, que pagam alíquota extra de 50%, além das autopeças, cuja tarifa no mercado americano é de 25%.

De acordo com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, a ideia é que o plano seja uma espécie de “Brasil Soberano 2”, uma medida criada no ano passado para socorrer os exportadores que foram afetados pelo aumento das tarifas, o chamado tarifaço.

Este novo plano, disse Mer-

cadante, utilizaria apenas recursos que já estão disponíveis no BNDES, sem precisar recorrer ao Tesouro.

“Os recursos já existem, agora tem que ser modelado. A Fazenda está estudando e diz que já desenhou a iniciativa. Nós estamos aguardando agora para o presidente Lula definir a estratégia, mas os recursos existem. Tivemos uma boa experiência com o Brasil Soberano e faremos um Brasil Soberano 2.0. Essa é a ideia básica. A gente conhece o caminho e agora é priorizar esses setores

que estão mais penalizados”, disse Mercadante hoje, na capital paulista.

No primeiro programa Brasil Soberano, o BNDES chegou a oferecer uma linha de crédito extraordinário de R\$ 30 bilhões, mas somente cerca de R\$ 17 bilhões desses recursos foram utilizados pelas empresas. A ideia é utilizar parte do recurso restante para socorrer os setores que continuam sendo afetados pelas tarifas. “São empresas que estão sendo desvalorizadas de forma mais longa”, explicou Mercadante.

ANEEL

Contas de luz seguem com bandeira tarifária verde em março

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou nesta sexta-feira a manutenção da bandeira tarifária verde no mês de março.

Trata-se do terceiro mês consecutivo da bandeira no mesmo patamar, o que significa que não haverá cobrança de custos adicionais na fatura de energia elétrica do consumidor.

De acordo com a Aneel, houve um aumento no volume de chuvas em fevereiro e a consequente elevação do nível dos reservatórios, condições que favorecem a manutenção da bandeira verde.

"Ainda que a bandeira seja verde e as condições de geração

sejam favoráveis na maior parte do tempo, importante lembrar que pode haver despacho complementar de usinas termelétricas para garantir a robustez do sistema elétrico em situações operativas específicas."

Pelo calendário divulgado pela agência reguladora, no dia 27 de março, sairá a definição sobre a bandeira a ser aplicada em abril.

CUSTOS EXTRAS

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica.

Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a ener-

gia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

A cada mês, as condições de operação do sistema de geração de energia elétrica são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda e traça uma previsão de custos a serem cobertos pelas Bandeiras.

Portanto, as cores das bandeiras tarifárias são definidas a partir da previsão de variação do custo da energia em cada mês.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre

acréscimo a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumido.

Importante observar que, anualmente, ao final do período úmido, em abril, a Aneel define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte.

Atualmente os valores cobrados são os seguintes:

bandeira amarela - condições de geração menos favoráveis: acréscimo de R\$ 1,88 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

bandeira vermelha, patamar 1 - condições mais custosas de geração: acréscimo de R\$ 4,46 por 100 kWh;

bandeira vermelha, patamar 2 - condições de geração ainda mais custosas: acréscimo de R\$ 7,87 por 100 kWh.

RECURSOS

BNDES vai destinar mais R\$ 70 bilhões para o programa Nova Indústria Brasil

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), Aloizio Mercadante (**foto**), anunciou nesta sexta-feira, em São Paulo, a ampliação de recursos para o Nova Indústria Brasil. Segundo ele, até o fim deste ano o banco vai destinar mais R\$ 70 bilhões para o programa, somando um total de R\$ 370 bilhões desde que o programa foi lançado em ja-

neiro de 2024.

“Nós estamos anunciando hoje, aqui, que estamos aumentando em mais R\$ 70 bilhões de crédito. Entregamos R\$ 300 bilhões, e vamos entregar até o final deste ano, R\$ 370 bilhões”, disse Mercadante, ao lado do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

A Nova Indústria Brasil (NIB) é uma política industrial

lançada pelo governo federal no início de 2024, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033.

O programa usa instrumentos tradicionais de políticas públicas, como subsídios, empréstimos com juros reduzidos, ampliação de investimentos federais, incentivos tributários e fundos especiais para estimular alguns setores da economia.

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



FRAUDE FINANCEIRA

Haddad: BC está revendo normas para caso Master não acontecer de novo

RENAN MONTEIRO E FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira, que o Banco Central está revendo as normas de segurança do sistema financeiro, visando especificamente evitar

novos acontecimentos semelhantes ao escândalo do Banco Master.

Em novembro de 2025, a autarquia monetária decretou a liquidação extrajudicial Master, após grave crise de liquidez e o comprometimento significativo da situação econômico-finan-

ceira do banco, dentre outros achados.

No início do mês de fevereiro, o diretor de regulação do BC, Gilneuv Vivan, já havia indicado que a revisão das regras do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) deverá entrar na agenda da autoridade mo-

netária para este ano. Além do FGC, o BC também deve incluir na agenda a definição de normas para distribuição de títulos e a discussão sobre transparência da remuneração de intermediários. Haddad participou de entrevista ao *Flow News*.

Diário do **Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.762.124/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: A Betapart Participações S.A. ("Companhia") é uma holding de participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, portanto não operacional. Não houve neste exercício findo e não existem, no momento, investimentos ou desinvestimentos em andamento. A Companhia não possui dívidas ou contratos relevantes ou de longo prazo celebrados, de forma que a principal fonte de recursos é o aporte dos sócios. Contudo, a Companhia poderá se utilizar de financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez caso surja nova oportunidade de investimento. A receita da Companhia é composta por receitas financeiras provenientes da aplicação do seu caixa e o resultado operacional é decorrente das despesas administrativas referentes à manutenção da Companhia. Não há fatores relevantes que influenciam de forma significativa o resultado da Companhia. Também não houve efeitos relevantes, ocorridos ou esperados que tenham causado ou venham a afetar as demonstrações contábeis da Companhia. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício findo, poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelo nosso auditor independente – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Betapart Participações S.A. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026. Betapart Participações S.A.

Balancos patrimoniais - Em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais)				
Ativo	Notas	2025	2024	
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa	4	334	440	
Tributos a recuperar	5	24	18	
		358	458	
		358	458	
Total do ativo				
Patrimônio Líquido				
Patrimônio líquido:	6			
Capital social		726	726	
Prejuízos acumulados		(368)	(268)	
		358	458	
		358	458	
Total do patrimônio líquido				

Demonstrações do Resultado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais, exceto a quantidade média ponderada de ações e o prejuízo básico e diluído por ações)

	Notas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	8	(148)	(149)
Resultado antes do resultado financeiro		(148)	(149)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		48	48
Prejuízo do exercício		(100)	(101)
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	6.c	(0,03607)	(0,03655)
Quantidade média ponderada de ações	6.c	2.761.620	2.761.620

Demonstrações do Resultado Abrangente - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

	Notas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Prejuízo do exercício		(100)	(101)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(100)	(101)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	726	(167)	559
Prejuízo do exercício	-	(101)	(101)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	726	(268)	458
Prejuízo do exercício	-	(100)	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	726	(368)	358

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		(100)	(101)
Prejuízo do exercício		(100)	(101)
Redução (aumento) de ativos:			
Tributos a recuperar		(6)	3
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(106)	(98)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	440	538
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	334	440
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(106)	(98)

Demonstrações do Valor Adicionado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

	2025	2024
Insumos adquiridos de terceiros	(128)	(128)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(128)	(128)
Valor adicionado bruto	(128)	(128)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(128)	(128)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	48	48
Valor adicionado total a distribuir	(80)	(80)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	20	21
Federais	18	18
Estaduais	2	3
Remuneração de capitais próprios	(100)	(101)
Prejuízo do exercício	(80)	(80)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: A Betapart Participações S.A. ("Companhia"), companhia listada junto à Comissão de Valores Mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários e, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** **2.1. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis** - a. **Declaração de conformidade** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo - Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 24 de fevereiro de 2026. **b. Base de mensuração** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo. A preparação das informações Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). **c. Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d. Uso de estimativas e julgamentos** - Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros,

provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às Demonstrações Contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Pronunciamentos emitidos e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas Demonstrações Contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Pronuncia-mento **Emissão** **Destques** **Vigência**

IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements

Abriu de 2024

Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027

Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Julho de 2024

Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026

IFRS 19 - Subsidiárias sem Respon-sabilidade Pública: Divulgações.

Mai de 2024

Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026

2.3. Continuidade operacional - A Administração tem, na data de aprovação das Demonstrações Contábeis, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das Demonstrações Contábeis. **3 - Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas adiante. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(iii) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível a seguir: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme Nota Explicativa nº 5. **d) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ao ano ou R\$ 20 ao mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido é de R\$1.175 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2024). **e) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício, conforme Nota Explicativa nº 6. **f) Demonstrações do Valor Adicionado** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **g) Demonstrações dos Fluxos de Caixa** - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

31/12/2025 31/12/2024

Bancos

1

Aplicações financeiras (a)

333 440

334 440

Total

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de

principal assunto de auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: • obtenção de confirmações externas junto à instituição financeira administradora do fundo, com o objetivo de evidenciarmos a existência e a valorização das cotas detidas pela Companhia e respectivos registros nas demonstrações contábeis; • recálculo dos rendimentos apurados sobre o ativo financeiro, com base nos critérios de remuneração estabelecidos pelo instrumento; • avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos** - **Demonstração do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo** - O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão sendo apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 7 de fevereiro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração**

e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditore independente pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média foi de 100% do CDI (91% em 31 de dezembro de 2024). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras (em milhares de reais, exceto quantidade de cotas):

Fundo	Ni-vel	Adminis-trador	31/12/2025 Quant. de Cotas	31/12/2025 Va-lor 319	31/12/2024 Quant. de Cotas	31/12/2024 Va-lor 426
Opportunity Top DI FIC de FIF	1	BNY Mellon				
Itaú Top Referenciado						
DI FIF CI RL	1	Banco Itaú	1.730	14	1.919	14
Total				333		440

5 - Tributos a Recuperar

31/12/2025 31/12/2024

IRRF sobre fundos de renda fixa

7 -

IRPJ 2024

10 -

IRPJ 2023

24 -

6 - Patrimônio Líquido: a) Capital social (em milhares de reais, exceto quantidade de ações) - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social subscrito e integralizado está representado por 2.761.620 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão em Assembleia, até o limite de R\$10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. **b) Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos propostos estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício. A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2025, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação (em milhares de reais, exceto quantidade de ações e resultado por ação)** - Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

Prejuízo do exercício **Quantidade de ações** **Resultado por ação - Em R\$**

31/12/2024 (101) 2.761.620 (0,03655)

31/12/2025 (100) 2.761.620 (0,03607)

7 - Partes Relacionadas: De acordo com a ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, foi fixado montante global da remuneração dos administradores para 2025 em até R\$390. Em ata de reunião do Conselho de Administração de 6 de maio de 2025, houve a aprovação para que cada diretor e conselheiro receba R\$3 mensais durante o exercício de 2025. Em ato contínuo, nesta mesma data, foi assinado o Termo de Renúncia à Remuneração por todos os diretores e conselheiros da Companhia. A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia possui investimento em fundo de investimento em renda fixa junto ao Fundo Opportunity Top DI FIC de FIF.

8 - Despesas Gerais e Administrativas

De 01/01/2025 a 31/12/2025 De 01/01/2024 a 31/12/2024

Contribuições e associações diversas (56) (54)

Auditoria externa (35) (30)

Publicações societárias (19) (23)

Serviços jurídicos - (5)

Despesas de serviços do sistema financeiro (18) (16)

Despesas com impostos e taxas diversas (20) (21)

(148) (149)

9 - Estrutura do Gerenciamento de Risco: A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Riscos fiscais** - As declarações de IRPJ e CSLL apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

Operação **Fator de risco** **Cenário provável** **Cenário I - deterioração de 25%** **Cenário II - deterioração de 50%**

Ativos Indexador CDI 12,25% 9,19% 6,13%

Aplicações financeiras R\$ 333 em 31 de dezembro de 2025 41 31 20

(*) Relatório Focus – Bacen, em 16 de janeiro de 2026. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Operação **Fator de risco** **Cenário provável** **Cenário I - deterioração de 25%** **Cenário II - deterioração de 50%**

Ativos Indexador CDI (*) 14,75% 11,06% 7,38%

Aplicações financeiras R\$440 em 31 de dezembro de 2024 - 65 49 32

(*) Relatório Focus – Bacen

DIRETORIA

Norberto Aguiar Tomaz Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/0-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Betapart Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Betapart Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Betapart Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado** - **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no valor de R\$ 333 mil, correspondente a aproximadamente 93% do total do ativo naquela data (com liquidez imediata). A mensuração dessas cotas é realizada pelo administrador do fundo, seguindo a política de remuneração definida no respectivo regulamento, e reconhecida contabilmente ao valor justo por meio do resultado. Em razão da representatividade desse saldo, entendemos que a existência e mensuração desses ativos financeiros constituem uma área de risco e, dessa forma, um

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.762.124/0001-30

existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o

objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais

significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2

Rodrigo Souza Fidalgo
Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

Economia

ALCKMIN

Acordo Mercosul-União Europeia deve entrar em vigor em maio

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse sexta-feira, na capital paulista, que o acordo comercial firmado entre o Mercosul e a União Europeia deve entrar em vigor em maio. Em entrevista a jornalistas, Alckmin disse que sua expectati-

va é que o acordo seja aprovado pelo Senado Federal nas próximas duas semanas, seguindo depois para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta semana, o acordo já foi aprovado pela Câmara dos Deputados. "Agora foi para o Senado e nós temos expectativa de que aprove em uma ou duas semanas. Aprovado no Senado e assinado pelo presidente Lula, teremos uns 60 dias para a vigência.

Esse é o plano. Então, se a gente conseguir resolver em março, até o fim de maio já pode entrar em vigência o acordo", disse. Nesta quinta-feira passada, o Parlamento argentino ratificou o acordo, assim como o Uruguai.

UNIÃO EUROPEIA

Nesta sexta-feira, a Comissão Europeia anunciou que o bloco aplicará provisoriamente o acordo de livre comércio com o

Mercosul para garantir que o bloco obtenha a vantagem do pioneirismo.

Normalmente, a União Europeia aguarda a aprovação de seus acordos de livre comércio pelos governos do bloco e pelo Parlamento Europeu. No entanto, os parlamentares, liderados por deputados franceses, votaram no mês passado para contestar o acordo no tribunal superior do bloco, o que pode atrasar sua im-

plementação total em dois anos.

A aprovação pela assembleia da UE continua sendo necessária, mas a UE e o Mercosul podem começar a reduzir tarifas e aplicar outros aspectos comerciais do acordo antes disso.

SALVAGUARDAS

Segundo Alckmin, hoje foi encaminhada uma proposta para a Casa Civil para que sejam regulamentadas as salvaguardas previstas no acordo, que são mecanismos que permitem suspender a redução das tarifas caso ocorra um surto de importações. Depois de passar pela Casa Civil, o texto ainda será levado ao Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores, para então poder ser sancionado pelo presidente Lula.

A expectativa do governo é que essas salvaguardas sejam regulamentadas já nos próximos dias. "O acordo prevê um capítulo sobre salvaguarda. A gente espera que nos próximos dias, antes ainda da votação do Senado [sobre o acordo], que a salvaguarda seja regulamentada", falou o vice-presidente.

De acordo com Alckmin, a lógica prevista para a abertura de mercados é de que haja ganhos para a sociedade, que poderá comprar produtos de melhor qualidade e com menor preço. "Agora, se tiver um surto de importação, você precisa de uma salvaguarda, que suspende aquela redução de impostos. Isso está previsto para os europeus também e é isso que será regulamentado."

LIVEMODE

LIVEMODE SERVIÇOS DIGITAIS S.A.

CNPJ nº 29.037.988/0001-45
Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)													
Ativo	Controladora			Consolidado			Nota	Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2024	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
									(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.077	5.344	795	118.498	11.472	838	2.437	8.995	2.290	7.237	9.005	2.700
Títulos e valores mobiliários	5	4.783	7.718	16.106	33.361	16.391	42.000	18.454	9.020	165	29.618	20.042	9.252
Contas a receber de clientes	6	351	17.286	5.445	38.745	19.902	6.573	613	-	-	613	-	-
Direitos de transmissão e exibição	7	3.474	2.790	3.833	24.897	10.317	3.836	13	7.099	4.280	1.233	8.456	4.810
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	3.822	2.662	1.977	11.025	2.668	1.982	8.2	2.512	1.658	925	8.094	1.991
Partes relacionadas	12	78.939	-	-	78.939	-	-	14	-	61.058	-	51.072	61.058
Dividendos a receber de controlada	9	10.395	-	6.599	-	-	-	15	-	375.766	-	-	375.766
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	414	-	-	16	-	7.963	6.322	6.390	7.963
Outros ativos circulantes	351	101	26	833	1.048	3	-	18	6.106	1.641	1.087	16.561	1.641
Total do ativo circulante	115.192	35.901	34.781	306.712	61.798	55.232	-	3.819	45	45	4.847	58	46
Ativo não circulante								41.040	470.426	12.067	132.888	482.334	32.753
Títulos e valores mobiliários	5	519.018	422.649	-	519.018	425.649	-	2.497	-	-	2.497	-	-
Direitos de transmissão e exibição	7	5.094	25.584	5.040	14.698	25.584	5.040	697	-	-	11.632	-	-
Partes relacionadas	12	92.007	12.117	23	11.018	3.393	506	8.3	16.729	-	51.681	547	163
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	-	3.410	3.539	4.702	3.410	3.539	18	19.923	-	65.810	547	163
Investimentos	9	48.616	7.771	150	42	40	49	261.505	10.344	9.994	261.505	10.344	9.994
Imobilizado	10	23.515	13.466	933	23.813	13.479	949	(16.607)	-	-	(16.607)	-	-
Direito de uso	10	2.532	-	-	2.532	-	-	401.629	40.216	6.148	401.629	40.216	6.148
Intangível	11	8	106	247	102.185	106	247	98.126	-	2.828	98.126	-	2.828
Total do ativo não circulante	690.790	485.103	9.932	678.008	471.661	10.330	-	366	18	-	366	18	-
Total do ativo	805.982	521.004	44.713	984.720	533.459	65.562	-	-	-	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)													
	Capital Social		Reserva de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Total	
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de ágio (emissão de ações)	Reserva para pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva para investimentos							
01 de janeiro de 2023 (reapresentado)	9.994	-	-	6.148	1.999	829	-	13.676	-	32.646	-	32.646	-
Dividendo adicional proposto aprovado no exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	(13.676)	-	(13.676)	-	(13.676)	-
Ações próprias adquiridas no próprio exercício	-	-	-	-	-	(34)	-	-	-	(34)	-	(34)	-
Aumento de capital	350	-	-	-	-	-	-	-	-	350	-	350	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	37.177	-	-	-	-	-	37.177	-	37.177	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.262)	(4.262)	-	(4.262)	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	(1.468)	(1.999)	(795)	-	-	4.262	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.641)	-	-	-	-	-	(1.641)	-	(1.641)	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controlada no exterior	-	-	-	-	-	31	-	-	-	31	-	31	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	(13)	-	-	-	(13)	-	(13)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	10.344	-	-	40.216	-	18	-	-	-	50.578	-	50.578	-
Transações de capital em controladas e aquisição de acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.181	33.181	-
Aumento de capital – Emissão de ações	235.661	-	350.589	-	-	-	-	-	-	586.250	-	586.250	-
Gastos com emissão de ações	-	(16.607)	-	-	-	-	-	-	-	(16.607)	-	(16.607)	-
Aumento de capital - Reserva de lucros	15.500	-	-	-	-	(15.500)	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	10.824	-	-	-	-	-	10.824	-	10.824	-
Distribuição de dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(10.452)	-	-	-	(10.452)	-	(10.452)	-
Reversão de dividendo mínimo obrigatório 2023	-	-	-	-	-	1.641	-	-	-	1.641	-	1.641	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	128.543	128.543	18.277	146.820	-
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	6.427	-	-	-	(6.427)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.106)	(6.106)	(10.455)	(16.561)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação para reserva para investimentos	-	-	-	-	-	116.010	-	-	(116.010)	-	-	-	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controlada no exterior	-	-	-	-	-	348	-	-	-	348	-	348	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	261.505	(16.607)	350.589	51.040	6.427	91.699	366	-	-	745.019	41.003	786.022	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)													
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado			
		2024	2023 (reapresentado)	2024	2023 (reapresentado)			2024	2023 (reapresentado)				
Receita operacional líquida	19	85.749	156.467	372.066	184.203	Resultado financeiro, líquido	22	104.897	(5.479)	92.825	(4.113)		
Custo dos serviços prestados	20	(87.217)	(132.930)	(237.917)	(134.862)	Resultado antes do imposto de							
Resultado operacional bruto		(1.468)	23.537	134.149	49.341	renda e da contribuição social		172.975	(2.912)	217.497	1.434		
(Despesas) receitas operacionais						Imposto de renda e contribuição							
Despesas gerais e administrativas	21	(30.791)	(54.571)	(58.838)	(56.319)	social	8.4						
Resultado de equivalência patrimonial	10	47.938	33.601	(3.038)	-	Corrente		520	(1.484)	(27.087)	(6.209)		
Outras receitas operacionais	3	52.399	-	52.399	12.525	Diferido		(44.952)	134	(43.590)	513		
Resultado operacional líquido antes do resultado financeiro		68.078	2.567	124.672	5.547	Lucro (Prejuízo) do exercício		128.543	(4.262)	146.820	(4.262)		
Receita financeira		105.167	4.121	107.990	5.952	Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores		128.543	(4.262)	128.543	(4.262)		
Despesa financeira		(10.923)	(11.692)	(11.495)	(12.157)	Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		-		18.277	-		
Variação monetária, líquida		10.653	2.092	(3.670)	2.092								

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(reapresentado)		(reapresentado)
Atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	172.975	(2.912)	217.497	1.434
Ajuste do resultado antes dos tributos sobre o lucro pelos efeitos de:				
Ganho por aquisição em etapas	(52.399)	-	(52.399)	-
Provisão para perda estimada por risco de crédito	707	-	10.502	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(3.273)	(1.805)	(6.083)	(3.586)
Depreciação e amortização	2.515	528	5.824	532
Resultado de equivalência patrimonial	(47.938)	(33.601)	3.038	-
Perdas na baixa de empréstimos concedidos a terceiros	-	-	-	9
Juros e variações monetárias	1.001	7.507	(2.964)	7.507
Pagamento baseado em ações (Ganhos) Perdas com fundos de investimento	10.824	37.177	10.824	37.177
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos (hedge) (Aumento) redução de ativos operacionais	(96.370)	2.351	(96.370)	2.351
Contas a receber de clientes	-	955	-	955
Direito de transmissão e exibição	16.228	(11.841)	(29.345)	(13.329)
Partes relacionadas	19.806	(19.501)	(3.494)	(27.025)
Impostos e contribuições a recuperar	(18.303)	(3.388)	(2.532)	(3.388)
Outros	(1.160)	(686)	(8.357)	(686)
Aumento (redução) de passivos operacionais	(250)	(72)	215	(1.047)
Contas a pagar	(6.558)	6.705	(1.768)	6.305
Direitos de exibição e transmissão a pagar	10.131	2.733	21.208	4.668
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	2.819	3.047	3.646	3.329
Impostos e contribuições a recolher	854	2.706	6.103	2.339
Receitas diferidas e outros valores a pagar	(7.963)	7.763	(1.573)	164
Outros passivos circulantes e não circulantes	3.768	(37)	4.589	(19)
Juros pagos	7.414	(2.371)	78.561	17.690
CSLL e IRPJ pagos	-	(7)	-	(7)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	-	(2.889)	(23.776)	(9.208)
Atividades de investimento	7.414	(5.267)	54.785	8.475
Aplicações financeiras restritas e aplicações financeiras restritas	6.208	9.791	(7.887)	25.512
Títulos e valores mobiliários	-	(425.000)	-	(425.000)
Dividendos recebidos de controladas	40.474	33.150	-	-
Empréstimos concedidos a terceiros	-	-	-	497
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(140.526)	(14.366)	(84.032)	(5)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	5.660	-	-
Aquisição de participação em controlada	-	(538)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(13.958)	(12.920)	(13.961)	(12.920)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(107.802)	(404.223)	(105.880)	(411.916)
Atividades de financiamento	108.121	414.039	158.121	414.039
Valores recebidos de empréstimos (captações)	-	99.243	50.000	99.243
Valores recebidos por meio de emissão de debêntures	53.000	372.435	53.000	372.435
Amortização de empréstimos (principal e juros)	(64.637)	(42.251)	(64.637)	(42.251)
Pagamento de dividendos	(12.183)	(14.749)	(12.183)	(14.749)
Aquisição de instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	(955)	-	(955)
Aumento de capital	151.269	350	151.269	350
Gastos com emissão de ações	(19.328)	-	(19.328)	-
Ações em tesouraria adquiridas	-	(34)	-	(34)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	108.121	414.039	158.121	414.039
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	7.733	4.549	107.026	10.598
Caixa e equivalentes de caixa	5.344	795	11.472	838
Saldo Inicial	-	-	-	-
Efeito das mudanças de câmbio sobre os saldos de caixa mantidos em moeda estrangeira	-	-	-	36
Saldo final	13.077	5.344	118.498	11.472
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	7.733	4.549	107.026	10.598
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro (Prejuízo) do exercício	128.543	(4.262)	146.820	(4.262)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controlada no exterior	59	31	59	31
Outros resultados abrangentes	289	(13)	289	(13)
Resultado abrangente total do exercício	128.891	(4.244)	147.168	(4.244)
BRUNNO CRUZ DA SILVA				
Diretor, CPF: ***.225.747.**				
DAYANA DOS SANTOS MELO				
Contadora - CRC: RJ-116118/O-6 RJ - CPF ***.971.617.**				
As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2024 completas encontram-se a disposição na sede da Empresa				

VERÃO:

Sol, com pancadas de chuva.

À noite pode chover.

MODERNIZAÇÃO

Consórcio Rota Mogiana vence concessão de trecho de rodovia

O Governo de São Paulo realizou nesta sexta-feira, na sede da Bolsa de Valores (B3), o leilão de concessão do Lote Rota Mogiana, com foco na modernização e ampliação de rodovias. O consórcio Rota Mogiana foi o ganhador, com a maior oferta de outorga fixa ao Estado, no valor de R\$ 1,08 bilhão. A proposta vencedora teve ágio de 187% sobre o valor mínimo de outorga, fixado em R\$ 580 mil, e superou as outras três proponentes: MC Brazil Concessões Rodoviárias (com proposta de R\$ 1,01 bilhão), a EPR Participações (R\$ 560 milhões) e a Motiva Infraestrutura de Mobilidade (R\$ 180,2 milhões).

A concessionária será responsável pela operação, manutenção e ampliação do sistema rodoviário pelos próximos 30 anos. A nova concessão, que passa a reunir trechos atualmente sob gestão da Renovias, além de rodovias administradas pelo DER, tem início previsto para julho de 2026, quando o contrato atual chega ao fim.

Com 520 km de extensão, a concessão prevê R\$ 9,4 bilhões em investimentos ao longo do contrato, contemplando duplicações, terceiras faixas, marginais, acostamentos, passarelas, dispositivos de acesso, contorno viário e ciclovias. O projeto absorve os trechos atualmente sob concessão da Renovias, além de rodovias atualmente geridas pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem), do governo Estadual, estabelecendo um amplo conjunto de obras voltadas à ampliação da capacidade e à melhoria das condições de tráfego.

“Essas intervenções terão importância para o turismo, para



CELIO MESSIAS/GOVERNO DE SP

nossas rotas do café, do vinho e para nossa produção de água. Esse é um contrato que vai fazer a diferença. Ao longo do tempo, construímos a melhor infraestrutura do Brasil e não dá para parar. Estamos chegando ao final do contrato da Renovias e precisávamos não apenas de uma licitação que substituisse esse contrato, mas de algo que resolvesse problemas históricos”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

A mudança trará benefícios já na largada, com redução nas tarifas das praças. Em Jaguariúna, a queda será de até 29%. Também haverá redução de 27% em Águas da Prata, 26% em Estiva Gerbi e 20% em Espírito Santo do Pinhal e Itobi, além de reduções em Casa Branca (13%), Mococa (9%) e Aguaí (5%). Com isso, a maioria das praças atuais

terá diminuição imediata na tarifa-base, já no início da operação. A medida integra a política estadual de padronização do valor por quilômetro, com valor por km menor e maior justiça tarifária ao usuário.

A iniciativa tem potencial para gerar cerca de 11 mil empregos diretos e indiretos e consolidar um importante corredor de integração regional, conectando a Região Metropolitana de Campinas a Ribeirão Preto e municípios próximos à divisa com o Estado de Minas Gerais. O projeto amplia a segurança viária, melhora a fluidez do tráfego e fortalece a integração entre polos agrícolas, industriais, logísticos e turísticos estratégicos para a economia paulista.

Entre as ações planejadas, estão as duplicações de mais de 217 quilômetros em rodovias es-

tratégicas, a exemplo da SP-350, entre Casa Branca e São José do Rio Pardo, a SP-344, entre São João da Boa Vista e Vargem Grande do Sul, as SP-333 e SP-338, ligando Mococa a Cajuru, a SP-340, ligando Mococa à divisa com o Estado de Minas Gerais, além da SP 107, entre Santo Antônio de Posse e Artur Nogueira.

Também estão previstos 86 quilômetros de novas vias marginais e 138 quilômetros de faixas adicionais, beneficiando malhas importantes como a SP-340, no trecho entre Campinas e Mogi Guaçu. Em Águas da Prata, o plano prevê a duplicação até a divisa com Minas Gerais e a construção de um novo contorno viário no perímetro urbano da SP-342, que vai retirar o tráfego pesado do centro urbano e resolver uma demanda histórica da população.

ANEEL

Enel pede arquivamento de processo que trata do evento de 12/2025

RENAN MONTEIRO/AE

A Enel São Paulo enviou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) uma carta pedindo o arquivamento do processo aberto após o evento climático de dezembro de 2025, quando houve desligamentos do fornecimento de energia elétrica em diversas unidades consumidoras na área de concessão. A empresa sustenta que o seu desempenho foi "compatível com a magnitude do evento verificado". A carta foi enviada na quinta-feira para a reguladora.

Um dos dados reforçados pela concessionária foi o percentual de unidades consumidoras com serviço de energia restabelecido em até 24 horas. Segundo as informações do ofício, no evento de 2025 foram restabelecidos 3,37 milhões de clientes no prazo de 24 horas, uma quantidade maior do que todos os clientes impactados do evento de 2024 (3,07 milhões de

clientes).

"A Enel SP confia que os elementos técnicos, os dados consolidados e os esclarecimentos amplamente fundamentados ora apresentados serão devidamente analisados", diz a empresa na carta. Nesta semana, a Aneel decidiu conceder um prazo adicional de 30 dias para o retorno da votação referente ao processo que avalia o desempenho da Enel São Paulo. É esse trâmite que, em tese, pode levar à recomendação de caducidade da concessão.

O diretor-geral, Sandoval Feitosa, apresentou antecipadamente o seu voto em defesa da recomendação da caducidade da Enel São Paulo. Ele também apresentou voto para determinar às áreas técnicas a elaboração de um plano de intervenção administrativa na área de concessão da distribuidora no prazo de 30 dias. O mérito desses encaminhamentos não foi deliberado ainda.

Nota

PORSCHE É ABANDONADO NA MARGINAL TIETÊ APÓS BATIDA

Um Porsche Panamera colidiu contra a traseira de outro veículo na Marginal Tietê na madrugada desta sexta-feira. O acidente aconteceu na altura do bairro Canindé, na zona norte de São Paulo. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o motorista do carro de luxo abandonou o veículo e fugiu do local após a batida. Segundo relato do proprietário do carro atingido, pouco depois da colisão duas pessoas tentaram retirar o Porsche do local. Na primeira tentativa, um homem chegou até o veículo, mas foi advertido de que a Polícia Militar havia sido acionada e deixou a via.

EXTREMA-DIREITA

Kassab nega atritos com Tarcísio e diz que PSD ‘abraçou o projeto’

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

Presidente nacional do PSD e secretário de Relações Institucionais do governo paulista, Gilberto Kassab, negou nesta sexta-feira, que haja qualquer atrito entre ele e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e afirmou que o partido "abraçou o projeto" do chefe do Executivo do Estado desde 2022.

Em publicação nas redes sociais, na qual compartilhou um trecho de declaração de Tarcísio em entrevista à TMC também negando desentendimentos, Kassab reforçou que, de maneira oficial, tem reiterado desde o período eleitoral que o PSD integra a base do governador.

"Tenho o privilégio de ser presidente de um partido que se tornou grande, respeitado e que tem como integrantes os melhores quadros da vida pública brasileira. De maneira oficial, tenho transmitido desde 2022 que o PSD abraçou o projeto do governador Tarcísio de Freitas", escre-

veu.

A manifestação ocorre em meio a indícios sobre uma relação tensa entre o presidente do PSD e o governador paulista. Como mostrou o Estadão, Kassab enfrenta desconfiância no núcleo mais próximo do governador. Seus poderes na administração teriam sido limitados ao longo do mandato, a ponto de aliados do Palácio dos Bandeirantes afirmarem que o secretário tem "cane-ta", mas "sem tinta".

No vídeo republicado por Kassab, Tarcísio afirmou que não há pressão por parte do presidente do PSD para que ele seja escolhido como vice em uma eventual chapa à reeleição ao governo de São Paulo.

"Na relação pessoal não tem pressão alguma", declarou à TMC. "Ele sempre deu uma tranquilidade muito grande: 'estou no seu projeto independente da sua escolha'; e isso é muito forte."

Kassab nunca escondeu que seu projeto político passa por ocupar a vice na chapa de Tarcísio

à reeleição, em movimento que remete a 2004, quando, então deputado federal pelo PFL, foi escolhido vice de José Serra (PSDB) na disputa pela Prefeitura da capital, estratégia que o levou ao comando do município.

Kassab afirmou ainda que a posição adotada "incomoda a muitos". "Vão se desiludir os que apostam num afastamento entre mim, o PSD e Tarcísio de Freitas", escreveu.

EMBATES PÚBLICOS

Na semana passada, o governador respondeu a críticas de que seria "submisso" ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Embora não tenha citado nomes, a declaração havia sido feita por Kassab

No final de janeiro, em entrevista ao UOL News, Kassab afirmou que o reconhecimento ao papel de Bolsonaro na trajetória política de Tarcísio não deve se confundir com dependência ou ausência de identidade própria. "Uma coisa é gratidão, reconhecimento, lealdade; outra coisa é

submissão", disse.

Tarcísio tem reiterado apoio ao candidato de Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Nesta sexta-feira, durante discurso na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), com a presença do senador, o governador se referiu a Flávio como "futuro presidente do Brasil" e afirmou que os dois tiveram um "excelente papo sobre o Brasil" pela manhã, em referência a um encontro reservado no Palácio dos Bandeirantes antes da cerimônia. "Flávio será capaz de unir todos num projeto convergente", completou.

Já Kassab reiterou na semana passada que o PSD deverá lançar candidatura própria à Presidência da República nas eleições deste ano. A declaração ocorre em meio a especulações sobre eventual apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), provável adversário de Flávio. A legenda comanda três ministérios no governo federal: Pesca, Minas e Energia e Agricultura.

tadão que irá recorrer.

Para a defesa, não é adequado comentar o mérito da acusação, especialmente porque há recursos pendentes e medidas em curso perante instâncias superiores, que discutem nulidades relevantes (falhas graves no processo que podem levar à anulação de atos processuais) do processo.

A condenação veio da 32ª Vara Criminal do Foro Central Criminal da Barra Funda, proferida na terça-feira passada, pela juíza Adriana Costa. Inicialmente, a acusada irá cumprir a pena em regime semiaberto.

De acordo com o Ministério

Público de São Paulo (MP-SP), o crime ocorreu em julho de 2022 em uma lotérica na zona sul da capital paulista. Quando a ré teria se aproveitado da relação de confiança construída ao longo do tempo com funcionários do local para solicitar o registro de apostas de alto valor.

Para induzir a lotérica ao erro, Alícia afirmou falsamente ter realizado transferências via Pix que somariam R\$ 891.530,00 - valor das apostas solicitadas por ela. Porém, o comprovante apresentado era, na verdade, de um Pix agendado para uma data futura.

Ex-aluna da USP que desviou R\$ 1 milhão é condenada por golpe

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Alicia Dudy Muller, que responde pelo desvio de quase R\$ 1 milhão dos fundos da festa de formatura de sua antiga turma de medicina da Universidade de

São Paulo (USP), foi condenada a 3 anos de reclusão e mais 30 dias de multa por aplicar um golpe de R\$ 193 mil em uma lotérica de São Paulo.

O advogado de defesa de Ali-ce, Sérgio Giolo, afirmou ao Es-

Pouca vergonha

Mendonça autoriza uso de jatinho da PF para transportar Vorcaro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Polícia Federal (PF) a realizar o deslocamento do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, para prestar depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado na próxima terça-feira. O ministro atendeu ao pedido do presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), para que a corporação seja responsável pelo transporte do banqueiro, que é investigado pela PF pelas fraudes que envolvem o Master e está sob monitoramento de tornozeleira eletrônica. Pela decisão de Mendonça, a PF poderá decidir se a viagem de Belo Horizonte, onde Vorcaro reside, para Brasília será feita na aeronave da corporação ou em voo comercial. O deslocamento em jatinho

particular foi proibido pelo ministro. Na semana passada, André Mendonça decidiu que Daniel Vorcaro não é obrigado a comparecer a depoimentos que estavam agendados na CAE e na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS. Após a decisão, Vorcaro decidiu que vai comparecer somente ao depoimento marcado na CAE. Em novembro de 2025, o banqueiro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF) para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as investigações preliminares, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões

Eles se protegem

Gilmar anula decisão que quebrou sigilo de empresa ligada a Toffoli

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta sexta-feira anular a deliberação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado que quebrou os sigilos bancário, fiscal e telemático da empresa Maridth Participações, ligada à família do ministro Dias Toffoli. O ministro afirmou que o objeto de investigação da CPI não tem relação com o Banco Master. Dessa forma, a quebra de sigilo deve ser anulada por desvio de finalidade. De acordo com investigações da Polícia Federal, fundos de investimentos ligados ao banco realizaram transações financeiras com a Maridth, que foi proprietária resort Tayayá, localizado no Paraná. “Qualquer espécie de produção probatória (quebra de

sigilos, depoimentos, elaboração de relatórios) em circunstâncias desconexas ou alheias ao ato de instauração configura flagrante desvio de finalidade e abuso de poder, na medida em que a imposição de medidas restritivas só se justifica juridicamente quando guardam estrito nexo de pertinência com o objeto que legitimou a criação da comissão”, disse Mendes. Na última quarta-feira, a CPI aprovou a quebra dos sigilos da empresa, que teria participação em um resort de luxo no Paraná ligado ao Banco Master. A CPI também aprovou requerimentos de convites para o ministro Dias Toffoli e de convocação para seus irmãos, José Carlos Dias Toffoli e José Eugênio Dias Toffoli, ambos sócios do empreendimento. Ontem (26), o ministro André Mendonça, STF, decidiu que os irmãos do ministro Dias Toffoli não são obrigados a comparecer à CPI.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO			
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO			
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO			
PROCESSO Nº: 150/2026			
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026	Data de Abertura: 04/03/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes:	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, trabalho, renda e Direitos Humanos.		
Objeto			
Contratação de empresa especializada para o fornecimento de botões de rosas envelopadas, compreendendo arranjos florais individuais composto por um botão de rosa natural, colhido em estágio de botão fechado ou semiaberto, não totalmente florido.			
Valor estimado			
Valor total (R\$): 31.980,00 (Trinta e um mil, novecentos e oitenta reais).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	Menor valor global
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$ 0,05 (cinco centavos) dos respectivos valores estimados			
Agente de Contratação			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

Estuprador

PF faz buscas em gabinete de desembargador do TJMG

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Agentes da Polícia Federal (PF) fizeram buscas e apreenderam objetos no gabinete do desembargador Magid Nauéf Láuár, na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) nesta sexta-feira. Os policiais federais estiveram no prédio do tribunal, em Belo Horizonte, no começo da tarde, junto com integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que acompanharam a coleta de objetos, equipamentos e documentos pertencentes ao desembargador. A diligência foi autorizada pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, que também determinou o imediato afastamento do desembargador das funções que ele desempenha na 9ª Câmara Criminal. Segundo o TJMG, durante o afastamento cautelar, Láuár será substituído por um(a) magistrado(a) de primeiro grau, inclusive em futuros julgamentos. Por força de uma resolução do CNJ (135/2011), o desembargador continuará recebendo seu subsídio integral pelo tempo em que estiver afastado.

DECISÃO
No início do mês, Láuár absolveu um homem de 35 anos de idade a quem, em novembro de 2025, a 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Co-

marca de Araguari tinha condenado a nove anos e quatro meses de prisão por viver maritalmente e manter relações sexuais com uma garota de 12 anos, na cidade de Indianópolis, no Triângulo Mineiro. Ao absolver o réu, Láuár concluiu que o homem e a menina viviam juntos, como um casal, com a autorização da mãe da garota, que também tinha sido condenada à prisão, por conivência, e a quem o desembargador absolveu. “O relacionamento entre o acusado e a menor não decorreu de ato de violência, coação, fraude ou constrangimento, mas sim de um vínculo afetivo consensual, com prévia aquiescência dos genitores da vítima e vivenciado aos olhos de todos”, anotou o magistrado em sua decisão. A sentença fere o Código Penal, que estabelece que a conjunção carnal ou a prática de atos libidinosos com menores de 14 anos configura estupro de vulnerável. Contraria também a Súmula 593, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou em 2017, estabelecendo que a prática de atos sexuais com menores de 14 anos é crime, sendo irrelevante o eventual consentimento da vítima, o fato dela ter algum tipo de relacionamento amoroso com o estuprador ou ter sido abusada anteriormente. Ao se tornar pública, a decisão de Láuár causou forte reação da opinião pública, de de-

Comando Vermelho

Casagrande admite conversas com desembargador que vazou operação

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), admitiu que manteve conversas com o desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Macário Ramos Judice Neto, suspeito de ter vazado informações sigilosas da Operação Unha e Carne - investigação sobre ligações de agentes públicos com a facção Comando Vermelho. Casagrande afirmou que a conversa com Macário "foi institucional e republicana e no intuito de agilizar a tramitação do processo para encerrar uma indefinição jurídica e política em que se encontrava o município naquele momento de período pré-eleitoral". Com base nos diálogos interceptados pela PF nos aparelhos de Macário, preso desde dezem-

bro na Cadeia Pública Constantino Cokotós, em Niterói, a Polícia Federal pediu uma investigação sobre supostos crimes de corrupção e advocacia administrativa atribuídos ao desembargador. A PF cita Casagrande nas investigações. Um outro inquérito foi solicitado pela PF para apurar suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo o ex-presidente da Assembleia do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacelar (União). Segundo os investigadores, o parlamentar - afastado do mandato - mantém laços de amizade e faz troca de favores ilícitos com o desembargador Macário. Ao Estadão, a assessoria de Casagrande afirmou que o diálogo do governador com Macário se referiu a uma demanda de um município capixaba - o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), onde Macário atuava até ser

preso, tem jurisdição nos Estados do Rio e Espírito Santo. "A conversa foi institucional e republicana e no intuito de agilizar a tramitação do processo para encerrar uma indefinição jurídica e política em que se encontrava o município naquele momento de período pré-eleitoral", destacou Casagrande. "Toda conversa foi realizada através de aplicativo de mensagens, pois não há nada sigiloso ou ilícito." A citação ao governador é detalhada em um relatório entregue ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, relator da ADPF das Favelas - ação ajuizada em 2019 pelo PSB para reduzir a letalidade policial em operações no Rio. A competência para a tramitação de inquéritos que atingem governadores, no entanto, é do Superior Tribunal de Justiça.

TOGA NO ARMÁRIO
Macário ficou afastado por quase 18 anos da magistratura por suspeitas de participação em um esquema de venda sentenças no Espírito Santo.

desembargador, usou as redes sociais para relatar que o magistrado tentou violentá-lo quando ele tinha 14 anos de idade. Segundo o CNJ, ao menos cinco pessoas que acusam Láuár foram ouvidas no âmbito da investigação inicial que, agora, também apura “desdobramentos que apontaram para a prática de delitos contra a dignidade sexual por parte do magistrado, durante o período em que este atuou como juiz de direito nas comarcas de Ouro Preto e Betim, em Minas Gerais”. Uma destas pessoas, cujos nomes estão sendo mantidos em sigilo, vive no exterior. “Embora parte dos eventos narrados, em razão do longo lapso temporal, já tenha sido alcançada pela prescrição da pretensão persecutória em âmbito criminal, também foram identificados fatos mais recentes, ainda não abarcados pela prescrição, a determinar o prosseguimento das apurações”, explicou o CNJ, classificando como graves e verossímeis os fatos já apurados. O TJMG informou que também recebeu representações contra o desembargador e instaurou um novo procedimento administrativo para apurar eventuais faltas funcionais. “O tribunal enfatiza o seu compromisso com a legalidade e contribuirá com a apuração devida dos fatos, cumprindo todas as determinações do Conselho Nacional de Justiça.”

Em 2005, o Órgão Especial do TRF-2 recebeu uma denúncia contra Macário Judice e o afastou do cargo por tempo indeterminado. O juiz foi acusado de formação de quadrilha, corrupção passiva, peculato, lavagem de dinheiro e ameaça. O caso se arrastou na justiça na esfera criminal até que, em 2015, Macário foi absolvido. O magistrado continuou respondendo ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD) que tratava do mesmo tema. O juiz foi afastado de suas funções por ter usado o cargo para obter favores na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) Deputados e o ex-presidente da Casa, José Carlos Gratz, foram apontados à época como mentores do esquema de jogos de azar. Apesar da absolvição na esfera criminal, em 2015, o TRF-2 decretou a aposentadoria compulsória do magistrado. Em 2017, o CNJ entendeu, no entanto, que a decisão do tribunal foi tomada sem a maioria absoluta dos votos dos desembargadores e determinou a abertura de um processo administrativo disciplinar

RECEBIMENTO DE LICENÇA CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MORADA DOS PASSARINHOS, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.349.407/0001-91, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU/ SUBCLA, através do processo nº EIS-PRO-2023/11241, Licença Ambiental Municipal de Operação nº13/2026 para operar Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Estrada Santa Maura nº900, Curicica – Rio de Janeiro.
--

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO (FUJB) CNPJ/MF 42.429.480/0001-50 AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL - PP FUJB Nº 01/2026 PROCESSO FUJB Nº. 28.652-4 OBJETO: “SERVIÇO DE IMPRESSÃO GRÁFICA BIMESTRAL, DOS EXEMPLARES DA REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRRJ: REVISTA MINERVA, PARA POSTERIOR DISTRIBUIÇÃO”. DATA: 13/03/2026; HORA: 10h (dez horas). LOCAL: Avenida Pasteur, 280 - Urca, Cidade do Rio de Janeiro - RJ / Sala de reuniões da Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB. (Entrada pela Rua Lauro Miller, nº 85 ou pela Avenida Venceslau Brás, nº 71). VALOR ESTIMADO: R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais). A documentação completa do Edital estará à disposição para consulta e/ou retirada no site http://www.fujb.ufrrj.br, podendo também ser retirado, caso necessário, mediante a entrega de um Pen Drive, no Setor de Licitações da FUJB, no horário de 9h às 12h e de 14h às 17h. Quaisquer informações sobre o Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações da FUJB, pelo telefone (21) 3034-5861, ou pelo e-mail sic@fujb.ufrrj.br nos horários já indicados. Rio de Janeiro, 02 de março de 2026. Atenciosamente, Cláudio F Siqueira - Pregoeiro (Original assinado).

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 no dia 13/03/2026 às 09h30min. – Objeto: Contratação de prestação de serviços técnicos especializados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes na locação da Central de Tratamento de Água por Osmose Reversa e Sistema de Ozonização, instalação, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento contínuo dos insumos necessários, nos termos da tabela do termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.017412/2025-12. O pregão será realizado no site https://www.comprasnet.gov.br , onde o Edital está à disposição dos interessados.

ULTRACARGO LOGÍSTICA S.A. CNPJ: 14.688.220/0015-60 AUDITORIA AMBIENTAL
ULTRACARGO LOGÍSTICA S.A., torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 16/12/2025, o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento, referente ao ano de 2025, para realização da atividade de operação portuária de descarregamento, carregamento e armazenamento de graneléis líquidos, não inflamáveis e não tóxicos, por meio de trens, navios, caminhões-tanque e caminhões tipo bi-trem, subestação de energia com 02 (dois) transformadores (225 e 150 kva) e recuperação ambiental da área impactada, com passivo decorrente da contaminação de solo e águas subterrâneas, com monitoramento concomitante das áreas sob investigação, e informa, que o relatório que este estará à disposição para consulta na Rua General Gurjão, s/nº - Caju, Município do Rio de Janeiro, no período de 16/01/2026 a 16/02/2026, no horário das 7h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca . (Processo E-07/503542/2009)

STF

AGU: só médicos podem realizar ‘abortos legais’

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou nesta sexta-feira) ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer para defender que somente médicos podem realizar abortos previstos em lei, como casos de estupro, risco à saúde da gestante e de fetos anencéfalos. A manifestação foi protocolada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.207, protocolada pelo PSOL e outras entidades, na qual a Corte vai decidir definitivamente se enfermeiros e técnicos em enfermagem podem realizar o procedimento. No entendimento da AGU, os

abortos legais só podem ser realizados por profissionais da área médica, conforme está previsto no Artigo 128 do Código Penal. O texto cita os casos de aborto legal e diz que eles não serão punidos quando realizados por médicos. “A análise do conteúdo normativo das disposições impugnadas, nesta linha, demonstra a presença de texto legal com sentido unívoco, ou seja, que confere exclusivamente a médicos a possibilidade de realização de abortos legais, desde que atendidos os demais requisitos impostos pelo artigo 128 do Código Penal, o que denota a inviabilidade de acionamento da técnica de interpretação conforme”,

opinou o órgão.

BARROSO

A discussão sobre o tema começou em setembro do ano passado, quando o ministro Luís Roberto Barroso, antes de se aposentar, decidiu liberar a realização de abortos legais por técnicos de enfermagem e enfermeiros, além de médicos. O ministro entendeu que os profissionais também podem atuar na interrupção da gestação, desde que tenham nível de formação profissional em relação a casos de aborto medicamentoso na fase inicial da gestação. Para garantir que os profissionais não sejam punidos, o ministro estendeu a aplicação

do Artigo 128, do Código Penal, aos enfermeiros e técnicos. Barroso entendeu que a medida é necessária diante da precariedade da saúde pública na assistência de mulheres que buscam a realização de aborto legal em hospitais públicos. Após Barroso deixar a Corte, por 10 votos a 1, o plenário do Supremo derrubou a liminar. Os ministros seguiram voto divergente de Gilmar Mendes. Para o decano do STF, não há urgência no tema para justificar a concessão de uma decisão provisória. O processo segue em tramitação para julgamento definitivo (mérito). Não há prazo para decisão.

DESASTRES CLIMÁTICOS

Lula critica Zema por não usar R\$ 3,5 bi em obras de prevenção

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) criticou, nesta sexta-feira, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, por não ter apresentado projetos de obras e prevenção a desastres climáticos, mesmo contando com recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões do PAC. Ao discursar, no encerramento da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em Brasília, Lula disse, também, que os desastres causados pelas enchentes são resultados do descaso histórico com o povo pobre do país. O ministro das Cidades, Jader Filho, ao reforçar a crítica do presidente da República ao governo mineiro, acrescentou que os recursos poderiam ser alocados para obras de contenção de encostas e de macrodrenagem. Lula visita as cidades mineiras de Juiz de Fora e Ubá, as mais atingidas pelo temporal. Já foram contabilizadas, ao menos, 64 mortes causadas pelas enchentes. O presidente defendeu ainda a necessidade de aplicação de recursos em prevenção a desastres socioambientais. “É um descaso porque um prefeito pode saber de antemão que uma determinada área não pode ser ocupada”, exemplificou. Jader Filho criticou ainda o governo anterior, do presidente Jair Bolsonaro, pela falta de recursos alocados para prevenção. Ele ressaltou que o governo passado destinou tão somente R\$ 6



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

milhões para essa finalidade. “Nós colocamos em prevenção mais de R\$ 32 bilhões. Só para o Rio Grande do Sul, foram R\$ 6,5 bilhões. A ciência mostra que a gente tem que tornar nossas cidades mais resilientes, adaptadas e preparadas para os eventos climáticos extremos”. **IMPACTOS** Segundo o mais recente relatório *Estado do Clima, Extremos de Clima e Desastres no Brasil*, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) mostrou que, no Brasil, a sucessão de eventos climáticos extremos impactou

diretamente 336.656 pessoas e gerou prejuízos econômicos da ordem de R\$ 3,9 bilhões. Como ação de socorro emergencial às vítimas das enchentes no Brasil, a Defesa Civil Nacional autorizou, hoje, um repasse de R\$ 6,19 milhões para ações de resposta em sete municípios atingidos por desastres naturais em Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Sul. **VIOLÊNCIA** Além de tratar sobre o impacto dos desastres, Lula voltou a se manifestar sobre a necessidade de aperfeiçoar o enfrentamento à violência contra mulheres, in-

cluindo as campanhas conjuntas com os três Poderes sobre esse tema. “Isso é tão sério que eu falei para o ministro da Educação (Camilo Santana) que a gente vai ter que começar a preparar, na creche, o menino para ele saber que não é maior ou mais importante do que a mulher”, disse. A Conferência Nacional das Cidades não era realizada há 13 anos e os debates e as propostas giraram em torno do tema do evento: “Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”.

GESTÃO TARCÍSIO

Estado de SP tem aumento de feminicídios em janeiro deste ano

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O número de vítimas de feminicídio no estado de São Paulo aumentou em janeiro deste ano, em relação ao mesmo período de 2025. Foram 27 mulheres assassinadas no mês, cinco vítimas a mais do que o número registrado em janeiro do ano anterior. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (27) no portal da Secretaria da Segurança Pública do estado (SSP). Em 15 ocorrências, os autores foram presos em flagrante, segundo a pasta. Nas cidades do interior paulista, foram 20 mortes no primeiro mês deste ano, com 12 prisões em flagrante. As demais vítimas foram mortas na capital e na região

metropolitana. A pesquisadora Daiane Bertasso, do Laboratório de Estudos de Feminicídios (Lesfem), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), explica que são várias as situações que fazem com que o ciclo de violência contra as mulheres seja negligenciado e, então, o crime de feminicídio aconteça. “O feminicídio não é um crime inesperado. É um crime que resulta de relações familiares e íntimas. E ele se dá depois de um ciclo de violências de vários tipos. A própria Lei Maria da Penha, que tipifica vários tipos de violência - psicológica, emocional, patrimonial - ela explica o quanto esse ciclo de violência vai se agravando”, disse. A pesquisadora acrescenta

que o machismo, a misoginia e uma sociedade voltada para os valores masculinos contribuem para que as pessoas ignorem os sinais de violência que precedem os feminicídios. “Muitas vezes a mulher se sente intimidada, envergonhada, não socializa isso com a família. Quando ela socializa, muitas vezes, a família diz que é [apenas] um momento, uma fase”, relatou. Além disso, casos recentes de feminicídio que tiveram destaque na imprensa recentemente demonstram que, mesmo mulheres com medida protetiva contra seus agressores, não receberam efetivamente a proteção do Estado e acabaram mortas por eles. “Seria importante a gente ter

políticas públicas mais eficazes e que essas mulheres possam se sentir de fato acolhidas”, disse Bertasso. A masculinidade tóxica é mais um elemento que gera violência contra as mulheres no país. “A gente tem uma linha de pesquisa que estuda a machosfera, e a gente tem percebido que essas redes têm fortalecido muito esses ideais [machistas e misóginos]. E isso, infelizmente, está formando jovens e crianças com esse pensamento.” “Precisaria ter uma educação voltada para relações de gênero nas escolas como obrigatório, para evitar que essas crianças e jovens sejam cooptados por esse espaço digital que não tem muito controle”, avaliou.

PENDURICALHOS

Corregedor orienta tribunais a concluírem pagamentos retroativos

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

O ministro Mauro Campbell Marques, corregedor nacional ;nea a todos os tribunais estaduais, federais e superiores, orientando seus presidentes a ultimarem - ou seja, concluírem - 'os pagamentos retroativos já reconhecidos administrativamente'. Campbell autorizou que o desembolso relativo a férias de um mês não está sujeito ao limite de R\$ 46.366,19 bruto (ou R\$ 35 mil líquido) - teto constitucional do funcionalismo pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal. "A indenização de férias referente a um mês está excluída do teto estabelecido, por possuir natureza indenizatória imediata e não constituir verba de natureza retroativa", orientou o corregedor. Sobre as verbas indenizatórias, não incide Imposto de Renda. Campbell advertiu, porém, que 'em qualquer hipótese' a soma dos pagamentos retroativos realizados a cada beneficiário não poderá ultrapassar o teto. A decisão de Campbell se enquadra na resolução da Corregedoria Nacional de Justiça, editada em março do ano passado, que cria um teto para 'penduricalhos' no mesmo valor do limite constitucional. Na prática, ficou autorizado o estouro em 100% do teto. Na circular aos tribunais, o corregedor destacou que os repasses poderão ser efetuados até o dia 25 de março, dia em que o STF retoma o julgamento dos penduricalhos que incham os contracheques de magistrados e procuradores em até cinco vezes o teto, ou seja, todo mês muitos ganham cerca de R\$ 200 mil líquido. A orientação do corregedor

se dá na sequência da decisão do ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo, no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6606/STF, que discute a validade e uma lei de Minas Gerais, editada em 2015, com relação a um texto aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado sobre salários de procuradores de Justiça e desembargadores. Na sessão da última quarta, 26, Gilmar seguiu a linha de seu colega Flávio Dino e aderiu à cruzada contra os penduricalhos. Na quinta-feira, Gilmar marcou a data para retomada do julgamento No comunicado aos presidentes dos tribunais, o corregedor anotou que 'esta medida visa garantir a segurança jurídica e a prudência administrativa até a deliberação final do STF'. Campbell escreveu. "Considerando que a Suprema Corte ainda não encerrou o julgamento da matéria, tendo sido apazada a data de 25 de março de 2026 para a sua continuidade, esta Corregedoria Nacional de Justiça orienta que os Tribunais podem, até a mencionada data, ultimar os pagamentos retroativos já reconhecidos administrativamente." Sobre a composição do limite, Campbell destacou algumas situações. - Exclusão: a indenização de férias referente a um mês está excluída do teto estabelecido, por possuir natureza indenizatória imediata e não constituir verba de natureza retroativa; - Inclusão: deve ser contabilizada, para fins do limite de R\$ 46.366,19, 'toda e qualquer rubrica de natureza retroativa', especialmente no que diz respeito à Licença-Compensatória (LC), à Licença-Prêmio (LP), ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE).

RAMAGEM E EDUARDO

Supremo forma maioria para liberar emendas a suplentes

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta sexta-feira, para referendar a decisão do ministro Flávio Dino que liberou as emendas individuais ao Orçamento de 2026 apresentadas pelos ex-deputados Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para que sejam assumidas por seus suplentes. Ao mesmo tempo, a Corte manteve a negativa de reabertura de prazo para apresentação de emendas ao suplente da ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP). Acompanhar o voto de Dino os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Nunes Marques, formando maioria no plenário virtual. Pela decisão, as emendas de Ramagem e Eduardo Bolsonaro, que estavam bloqueadas, poderão ser geridas pelos suplentes Dr. Flávio (PL-RJ) e Missionário José Olímpio (PL-SP), respectivamente. Eles poderão indicar beneficiários e promover remanejamentos, sem qualquer vinculação às indicações originalmente feitas pelos ex-parlamentares. A ação havia sido ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que havia pedido o bloqueio integral de R\$ 80 milhões em emendas do ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro sob o argumento de que ambos não estavam em efetivo exercício do mandato por residirem fora do

país à época da apresentação das emendas. Dino havia determinado o bloqueio em dezembro. Ao votar, Dino afirmou que a "indevida demora" na formalização da perda dos mandatos permitiu que os então deputados apresentassem emendas ao Orçamento de 2026 antes da declaração oficial de cassação. Segundo o ministro, impedir agora a utilização dos recursos causaria prejuízos desproporcionais às populações representadas. "Longe de significar ilegítimo 'ativismo judicial', o acolhimento do pleito da Câmara implica - com a correta técnica interpretativa - atalhar prejuízos violadores do princípio da proporcionalidade", escreveu o relator. Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem tiveram a perda dos mandatos declarada pela Mesa Diretora da Câmara em 18 de dezembro. Eduardo está autoexilado nos Estados Unidos, enquanto Ramagem, condenado a 16 anos, 1 mês e 15 dias de prisão por participação na trama golpista, está foragido do País. **CASO ZAMBELLI** No caso de Carla Zambelli, o STF manteve o entendimento de que não cabe reabrir o prazo para apresentação de emendas. Durante o período destinado à inclusão das propostas no Orçamento de 2026, entre 24 de outubro a 14 de novembro de 2025, a então deputada não apresentou nenhuma indicação. Ela já estava foragida na Itália.



ENCHENTES

Governo Federal reconhece estado de calamidade em Paraty

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), reconheceu, nesta sexta-feira, o estado de calamidade pública de Paraty (RJ). A portaria com o reconhecimento será publicada na edição do Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira).

Paraty está entre os municípios do Rio de Janeiro mais afetados pelas fortes chuvas no estado e que mais tiveram prejuízos. Para ajudar nas ações de resposta ao desastre, dois técnicos da Sedec irão Paraty para auxiliar na elaboração dos planos de trabalho e, consequentemente, na liberação de recursos do MIDR para assistência humanitária e restabelecimento dos serviços essenciais.

Cerca de 30 alertas extremos de chuva, risco de inundações e deslizamentos foram enviados para municípios do Rio. Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba e Rio das Ostras receberam os avisos na tarde de quinta-feira passada.

O Corpo de Bombeiros do Rio foi acionado para mais de 80 ocorrências relacionadas às chuvas de quinta-feira passada, sendo 33 apenas na madrugada e início da manhã desta sexta-feira (27) – a maioria de inundações, alagamentos e deslizamentos.

ACESSO A RECURSOS

O reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública permite acesso a recursos federais. Para isso, estados e municípios atingidos por desastres devem também apresentar, por meio do S2ID – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, planos de trabalho claros e metas de atuação.

O passo a passo para solicitação de recursos está detalhado no portal do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

DESASTRES NO SUDESTE

Nesta sexta, a Defesa Civil Nacional informou que convocou uma reunião com os órgãos do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil para o detalhamento e alinhamento das ações de resposta aos desastres registrados no Sudeste e atualização das previsões futuras. Em Minas Gerais, pelo menos 65 pessoas morreram e mais de 5 mil estão desabrigadas e desalojadas apenas em Juiz de Fora e Ubá.

RESULTADO RÁPIDO

SUS vai ofertar exame genético para doenças raras

GABRIEL DAMASCENO/AE

O Ministério da Saúde (MS) anunciou na quinta-feira passada, que o Sequenciamento Completo do Exoma (WES) passará a ser oferecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O exame é utilizado para confirmar doenças raras de origem genética e, na rede privada, pode custar até R\$ 5 mil, segundo a pasta. Ainda de acordo com o MS, a iniciativa permitirá que as famílias recebam o diagnóstico em até seis meses - antes, eram sete anos de espera.

Segundo Maria Cecília Oliveira, Conselheira Nacional de Saúde e presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências (Afa), o diagnóstico é o principal desafio das doenças raras no País.

Participaram da reunião representantes da Casa Civil e dos ministérios da Saúde, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), da Defesa (MD), dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), da Igualdade Racial, e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), além de integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

MAIS CHUVA

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta vermelho, de grande perigo, para a região. Há previsão de acumulado de chuva em áreas do Rio de Janeiro nesta sexta. Os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia também serão fortemente afetados. A chuva poderá passar de 100 milímetros (mm) em 24h, com risco de alagamentos, enxurradas e deslizamentos de terra.

DEFESA CIVIL ALERTA

De acordo com o MIDR, os estados podem utilizar o Defesa Civil Alerta, implementado em todo o território nacional.

O sistema utiliza a rede de telefonia celular para enviar mensagens de texto e avisos sonoros para celulares em áreas de risco elevado. Os alertas aparecem de forma destacada na tela dos aparelhos e podem tocar mesmo em modo silencioso.

Não é necessário cadastro prévio e o serviço é gratuito, com alcance de celulares compatíveis (Android e iOS lançados a partir de 2020) e cobertura de telefonia móvel com tecnologia 4G ou 5G.

O recurso não depende de pacote de dados e funciona mesmo se o usuário estiver ou não conectado ao Wi-Fi.

A pasta explica que a ferramenta busca orientar as pessoas sobre as medidas de proteção a serem tomadas. Dessa forma, os alertas terão informações sobre o tipo de risco que está prestes a acontecer e instruções práticas. As definições de conteúdo e do momento de envio dos alertas são de responsabilidade dos órgãos de proteção e defesa civil locais e a ação é operacionalizada por meio da Interface de Divulgação de Alertas Públicos (Idap).

O objetivo do Defesa Civil Alerta é proporcionar maior segurança, sendo complementar aos demais mecanismos de alertas de emergência: SMS, TV por Assinatura, WhatsApp, Telegram e Google Public Alerts.

"Muitas famílias levam anos até obter uma resposta. Isso se deve à escassez de especialistas, à dificuldade de acesso a exames de alta complexidade e às desigualdades regionais que ainda marcam o País", destaca.

Por conta disso, ela entende que a incorporação da tecnologia representa um avanço relevante. "Mas, além da tecnologia, é fundamental garantir estrutura, financiamento, fluxos organizados e acesso ao tratamento após o diagnóstico. O avanço é real, mas o desafio agora é fazer com que ele se concretize de forma equitativa em todo o Brasil."

Na mesma linha, Antoine Draher, presidente da Casa Hunter e da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas), afirma que não basta incorporar o exame ao sistema de saúde.

PAQUISTÃO

Bombardeios no Afeganistão deixaram quase 300 mortos

O Paquistão afirmou que os ataques realizados na madrugada desta sexta-feira, contra cidades do Afeganistão, deixaram pelo menos 274 mortos e mais de 400 feridos.

As informações foram divulgadas pelo porta-voz do Exército do Paquistão, o tenente-general Ahmed Sharif Chaudhry. Segundo ele, as vítimas seriam integrantes das forças de segurança afeãs ou militantes associados.

Chaudhry disse ainda que 12 militares paquistaneses morreram, 27 ficaram feridos e um permaneceu desaparecido.

Os números, no entanto, foram contestados pelo lado afe-

gão. O porta-voz do governo do Taleban no Afeganistão, Zabiullah Mujahid, classificou os dados divulgados pelo oficial paquistanês como "falsos". De acordo com ele, 13 soldados afeãos morreram e 22 ficaram feridos, além de 13 civis que também sofreram ferimentos.

Mujahid afirmou ainda que 55 militares paquistaneses foram mortos e que os corpos de 23 deles foram levados para o Afeganistão. Segundo o porta-voz, "muitos" soldados paquistaneses também teriam sido capturados.

A tensão entre os dois países vinha se intensificando havia meses, mas atingiu um novo patamar na noite de quinta-feira,

SANÇÕES DOS EUA

Cubanos relatam cotidiano: ‘pior momento que já vivemos’

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Cubanos que vivem em Havana relatam que o país vive o “pior momento” com as dificuldades enfrentadas pela população após o endurecimento do bloqueio energético imposto pelo Estados Unidos (EUA) a partir do final de janeiro deste ano.

O aumento dos apagões, a elevação dos preços de produtos básicos, a redução do transporte público e da oferta da cesta básica alimentar subsidiada pelo Estado são alguns dos problemas que pioraram nas últimas semanas.

A arquiteta Ivón B. Rivas Martínez **(foto)**, de 40 anos, mãe solo de um filho de 9 anos, afirmou à Agência Brasil que os apagões em Havana, antes programados, se tornaram imprevisíveis e com maior duração.

“Antes, havia cerca de quatro horas sem energia por dia na capital, depois aumentou para cinco horas. Com o agravamento da crise, esse tipo de planejamento não é mais possível. Ninguém sabe quantas horas podem ser. Hoje houve 12 horas de apagão”, diz a cubana.

No final de janeiro, o governo Donald Trump ameaçou com tarifas os países que vendessem petróleo para a nação caribenha e classificou Cuba como “ameaça incomum e extraordinária” à segurança dos EUA, citando, como justificativa, o alinhamento político de Havana com Rússia, China e Irã.

A crise energética de Cuba é ainda mais grave nas províncias do interior da ilha de quase 11 milhões de habitantes, onde os apagões podem durar quase o dia todo.

“Minha tia do interior precisava sair cedo todos os dias para comprar o que ia consumir, porque, se comprasse mais do que isso, estragaria. No interior do país, quase o dia inteiro ficava sem eletricidade”, acrescenta Ivón Rivas.

O economista cubano aposentado Feliz Jorge Thompson Brown, de 71 anos, tio de Ivón, tinha 6 anos quando triunfou a Revolução de 1959, pondo fim ao governo militar de Fulgencio Batista, apoiado pelos EUA.

Feliz Jorge avalia que o atual momento é o período mais difícil de Cuba, até mesmo que a década de 1990, chamada de “período especial”, quando a queda do bloco socialista liderado pela União Soviética privou Cuba dos principais parceiros comerciais.

“Este é o momento mais difícil que o país já enfrentou. A situação energética é muito grave. É [o momento] mais cruel e severo do que durante o período especial, tanto material, quanto espiritualmente mais desafiador”, diz o também morador de Havana.

PREÇOS DISPARAM

Segundo Ivón Rivas, os apagões afetam todos os serviços de Havana, tanto de água, porque as bombas param de funcionar, quanto de telefonia e internet.

“Quando você tenta sacar dinheiro no banco, se não há eletricidade, os caixas eletrônicos não funcionam. Se você precisa realizar algum tipo de procedimento legal e o cartório não tem energia, eles não conseguem trabalhar. É muito difícil”, completa.

Após o endurecimento do embargo energético dos EUA, a arquiteta observou um aumento mais intenso dos preços de itens básicos de consumo.

“Nessas últimas semanas, a diferença é que os preços aumentaram em um ritmo muito mais acelerado do que antes. Arroz, o óleo, a carne de frango, que são alimentos básicos para os cubanos, ficaram muito mais caros”, acrescenta a moradora de Havana.

Com cerca de 80% da energia do país gerada por termelétricas, alimentadas por combustíveis, a nova medida do governo Trump reduziu a possibilidade de compra de petróleo no mercado global, o que era agravado pelo bloqueio naval dos EUA à Venezuela a partir do final de 2025.

SITUAÇÃO MAIS DIFÍCIL

O cubano Feliz Jorge Brown avalia que, diferentemente da crise atual, havia na década de 1990 uma juventude que conhecia os avanços sociais da Cuba revolucionária, o que facilitava enfrentar as dificuldades daquela época.

“No período especial, as pessoas compreendiam toda a situação e sua magnitude. Hoje, há alguma incerteza porque muitos não viveriam plenamente os primeiros anos da Revolução”, comenta o economista, que, recentemente, voltou a trabalhar em uma consultoria contábil.

Além disso, ele argumenta que o Estado tem perdido capacidade, em comparação com a década de 1990, de fornecer a cesta básica de alimentos subsidiada.

“A situação se torna complexa porque o Estado carece dos meios necessários para fornecer integralmente a cesta básica que foi sistematicamente distribuída a toda a população ao longo de todos os anos da Revolução”, completa o economista.

A família Thompson, formada por oito irmãos, descende de um casal de imigrantes jamaicanos. Segundo Feliz, toda a família se beneficiou da saúde e da educação gratuitas de Cuba.

“Tive a sorte de me beneficiar de todas as conquistas dos primeiros anos da Revolução e

26, quando o Afeganistão lançou um ataque na fronteira contra o Paquistão, sob a justificativa de retaliar uma ofensiva paquistanesa realizada na madrugada do último dia 22, que teria deixado ao menos 70 mortos.

"Atacamos importantes alvos militares no Paquistão, enviando uma mensagem de que nossas mãos podem alcançar suas gargantas e que responderemos a cada ato maligno do Paquistão", disse Mujahid. "O Paquistão nunca buscou resolver problemas por meio do diálogo "

Após os ataques afeãos, o ministro da Defesa do Paquistão, Khawaja Mohammad Asif, disse em postagem no X que "a

paciência se esgotou". "Agora é guerra aberta entre nós."

Já na madrugada desta sexta-feira, a resposta paquistanesa veio na forma de uma nova ofensiva contra Cabul e outras duas provinciais, incluindo Kandahar, considerada o berço do Taleban e onde reside o líder supremo do grupo, Sheikh Haibatullah Akhundzada. Segundo o governo do Paquistão, os alvos eram instalações militares.

De acordo com Mujahid, uma escola religiosa na província de Paktika foi bombardeada na manhã desta sexta-feira. O porta-voz afirmou que, até o momento, não havia informações sobre possíveis vítimas no local.

de Donald Trump (2017-2021), com centenas de novas sanções, medidas que foram mantidas no governo de Joe Biden (2021-2025).

No novo governo Trump, foram acrescentadas medidas para limitar a exportação de serviços médicos por Cuba, uma das principais fontes de recursos do país no exterior.

TRANSPORTE

Uma das principais consequências do endurecimento do embargo, segundo percebido por Ivón e Feliz, foi a diminuição na oferta de transporte público e o encarecimento do transporte privado, o que tem reduzido a mobilidade em Havana.

Enquanto o transporte privado encareceu a ponto de se tornar inviável para muitos cubanos, o transporte público está com linhas reduzidas.

“O transporte público já sofra com falta de peças de reposição, agora, devido à escassez de combustível, está ainda mais reduzido. As linhas regulares da cidade oferecem apenas uma viagem pela manhã e outra à tarde. E algumas linhas nem sequer garantiam isso”, reclama Ivón.

Além disso, a arquiteta aponta que os veículos elétricos introduzidos recentemente pelo governo também têm alcance limitado. “Estes têm se mantido mais ou menos estáveis, mas também têm diminuído porque ainda há necessidade recarregá-los.”

O economista Feliz Jorge avalia que a oferta de transporte deve ter caído pela metade. Devido ao novo trabalho, ele tem viajado entre províncias do país.

“Antes, os trens circulavam a cada quatro dias; agora, circulam a cada oito dias. No caso dos ônibus nacionais, as pessoas enfrentam muitas dificuldades com apenas duas viagens semanais diretas para as capitais provinciais”, comenta ele.

SAÚDE E MEDICAMENTOS

A crise energética também tem agravado o acesso aos medicamentos e à saúde pública, na avaliação dos cubanos entrevistados. Ivón Rivas lembra que os médicos são pessoas comuns do povo e, por isso, têm dificuldade de se locomover.

“Como resultado, muitas consultas foram canceladas e o atendimento de emergência passou a ser priorizado”, disse a arquiteta. Ela acrescenta que a falta de medicamentos afeta toda a sociedade, não apenas os que precisam dos remédios.

“Muitas pessoas dependem de medicamentos para a saúde mental e, enquanto os tomam, mantêm-se controladas e estáveis. Mas, se interromperem o tratamento, ocorrem acidentes que afetam toda comunidade”, exemplifica.

ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO

